

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 554.648 - RJ  
(2014/0184801-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE GHAZI E OUTRO(S) - RJ070771**  
**RENATO MIRAGAYA REBELLO - RJ128672**  
**AGRAVADO : PEDRO GARCIA TATIM**  
**AGRAVADO : AGOSTINHO DAVID FILHO**  
**ADVOGADO : RONIDEI GUIMARÃES BOTELHO E OUTRO(S) - RJ083066**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto em face de decisão por meio da qual a Presidência desta Corte não conheceu do recurso especial.

Sustentou a parte agravante que o recurso foi interposto de forma tempestiva.

A parte agravada, regularmente intimada, pugnou pela manutenção da decisão.

Diante dos fundamentos expostos nas razões do agravo interno e tendo sido interposto o recurso especial ainda na vigência do antigo Código de Processo Civil, reconsidero a decisão ora agravada e passo à análise do recurso.

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“AGRAVO INOMINADO NO AGRADO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ABATIMENTO DE RESERVA MATEMÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. Primeiramente, deve-se salientar ser vedada a rediscussão da lide ou a modificação da sentença que a julgou, nos moldes do artigo 475-G do Código de Processo Civil.

2. Como se observa dos títulos executivos, a “compensação do valor pago a título de DRM (Diferença da Reserva Matemática)” restou afastada, sob o argumento de que o “direito ao recebimento da quantia referente à reserva matemática é inconteste”.

3. Assim, verifica-se que a questão acerca da reserva matemática restou coberta pela coisa julgada, sendo incabível a rediscussão do

# *Superior Tribunal de Justiça*

tema. Doutrina. Precedentes do STJ e TJ/RJ.

4. Não obstante, verifica-se que o perito, ao atualizar e corrigir o valor do débito, não considerou um dos depósitos realizados, motivo pelo qual deverá refazer os cálculos, a fim de abater do saldo devedor o referido montante.

5. Recurso não provido.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Em suas razões do recurso, a parte recorrente sustentou violação aos artigos 475-G do Código de Processo Civil de 1973 e 884 do Código Civil, visto que “eventuais diferenças apuradas a maior decorrentes da atualização da Reserva Pessoal (contribuições) da parte autora deverão ser compensados até o limite do valor total da DRM (Diferença da Reserva Matemática) que foi paga à parte autora, sob pena de enriquecimento sem causa.” Argumentou, ainda, que são indevidos “os juros moratórios após a efetivação do depósito feito pela agravante nos autos”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente recurso, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, verifico que o Tribunal de origem decidiu em consonância com a jurisprudência já consolidada desta Corte, que entende pela impossibilidade de modificação dos termos da sentença já transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença, sob pena de violação à coisa julgada, o que atrai o óbice previsto na Súmula nº 83/STJ.

Ademais, verifico que as apontadas violações à lei federal encontram óbice na Súmula nº 7 do STJ, que impede a revisão do conjunto fático-probatório dos autos em sede de recurso especial.

É o que se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 67/68 e-STJ):

“Alega a agravante, às fls. 02-14 (00002), que o Juízo a quo não considerou o valor já depositado nos autos pela PREVI no momento do cálculo dos valores devidos, bem como no que toca à necessária

# *Superior Tribunal de Justiça*

compensação dos valores pagos a título de DRM aos agravados, decidindo a liquidação com base em leitura equivocada da condenação.

EXAMINA-SE O PLEITO.

Conhece-se o recurso, pois tempestivo e com preparo realizado a fls. 17 (00017), estando presentes os demais requisitos para a sua admissibilidade.

Primeiramente, deve-se salientar que se trata de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em ação principal, em fase de cumprimento de sentença, a fim de se apurar eventual excesso, e, por isso, vedada a rediscussão da lide ou a modificação da sentença que a julgou, nos moldes do artigo 475-G do Código de Processo Civil.

Nessa toada, para o deslinde da questão, basta o confronto entre o laudo pericial homologado pelo decisum agravado e os julgados (fls. 345-351 e 443-452), pois aquele deve guardar consonância com o que restou decidido.

Pois bem.

Como se observa dos títulos executivos, a “compensação do valor pago a título de DRM (Diferença da Reserva Matemática)” restou afastada, sob o argumento de que o “direito ao recebimento da quantia referente à reserva matemática é inconteste”.

Confira-se trecho do acórdão, de relatoria do Desembargador Mauro Pereira Martins, às fls. 450-451 dos autos principais (00011):

(...)

Com efeito, a incidência da correção monetária sobre os valores que integram a “reserva matemática”, constitui direito dos autores que, por igual, se destina a evitar o enriquecimento sem causa da parte ré. O direito ao recebimento da quantia referente à “reserva matemática” é inconteste, devendo a atualização monetária refletir a real desvalorização da moeda, pelos mesmos fundamentos anteriormente expostos.

(...)

Assim, a questão acerca da reserva matemática já restou superada, nada mais havendo a ser decidido a respeito, sob pena de violação a coisa julgada.

Veja-se o entendimento do Ministro Luiz Fux:”

Assim se manifesta o Superior Tribunal de justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA

PRIVADA. PROVENTOS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. CRITÉRIOS DIVERSOS DOS ESTABELECIDOS NO TÍTULO. SÚMULA 7/STJ. ARTS. 535 CPC/1973 E 1022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURADA. 1.

Não configura violação ao art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial, circunstância que afasta a negativa de prestação jurisdicional.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ). 3. Na fase de cumprimento de sentença, não se admite a rediscussão das matérias decididas no título judicial, sob penas de violação à coisa julgada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1050442/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 26/4/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TÍTULO JUDICIAL. CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IGP-M. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1. "A substituição, na fase de cumprimento de sentença, dos índices de correção monetária estabelecidos no título judicial configura violação à coisa julgada" (AgInt no AREsp 19.530/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 19/04/2017).

2. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no REsp 1672973/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 25/4/2019)

Outrossim, verifico que a Corte estadual, ao analisar as circunstâncias contidas nos autos e o conjunto fático-probatório produzido, entendeu que o recorrente não logrou êxito em comprovar suas alegações, tendo em vista o exato cumprimento dos termos do título ora executado.

Assim sendo, consoante as próprias razões do recurso analisado, a referida

# *Superior Tribunal de Justiça*

decisão transitou em julgado e iniciou-se a fase de cumprimento, razão pela qual o pedido contido no recurso especial é que afrontaria a coisa julgada, visto que pretende a alteração dos parâmetros estabelecidos no título executivo judicial, o qual está acobertado pelo manto da imutabilidade da coisa julgada e não pode ser modificado, sob pena de afronta à segurança jurídica.

Dessa forma, a alteração das premissas estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado na via do recurso especial, por força do enunciado sumular já mencionado.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 783.426/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 24/6/2016; AgRg no AREsp 665.122/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/6/2016, DJe 10/6/2016.

Por fim, quanto à questão referente à inadmissibilidade de incidência de juros de correção monetária após o depósito realizado em 24/8/2006, desconsiderado pelo perito, imperioso conhecer a ausência de interesse em recorrer do agravante.

Isso porque, conforme expressamente destacado ao final de seu voto, o Desembargador relator consignou que o perito desconsiderara, de forma equivocada, “o desconto relativo ao depósito de fls. 563-564, realizado em 23/08/2006”.

É o que se depreende da leitura do trecho pertinente e da própria ementa, na qual consta a determinação de realização de novos cálculos (fls. 66 71/72 e-STJ):

“AGRAVO INOMINADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ABATIMENTO DE RESERVA MATEMÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. Primeiramente, deve-se salientar ser vedada a rediscussão da lide ou a modificação da sentença que a julgou, nos moldes do artigo 475-G do Código de Processo Civil.

2. Como se observa dos títulos executivos, a “compensação do valor pago a título de DRM (Diferença da Reserva Matemática)” restou afastada, sob o argumento de que o “direito ao recebimento da quantia referente à reserva matemática é inconteste”.

3. Assim, verifica-se que a questão acerca da reserva matemática restou coberta pela coisa julgada, sendo incabível a rediscussão do tema. Doutrina. Precedentes do STJ e TJ/RJ.

**4. Não obstante, verifica-se que o perito, ao atualizar e corrigir o valor do débito, não considerou um dos depósitos realizados, motivo pelo qual deverá refazer os cálculos, a fim de abater do saldo devedor o referido montante.**

5. Recurso não provido.”

“No que concerne ao desconto pretendido pelo réu, ora agravante, verifica-se dos autos, mormente do item II - CONCLUSÃO do laudo pericial (00145), que o expert considerou tão somente o depósito realizado a fls. 634, em 20/12/2006, deixando de efetuar o desconto relativo ao depósito de fls. 563-564, realizado em 23/08/2006.

Deve-se salientar que, embora o perito, de forma categórica, afirme que efetuou o desconto referente ao citado depósito (fls. 33-00033) no cálculo realizado em 30/11/2011, não há qualquer menção ao indigitado depósito a corroborar dita assertiva, ressaltando-se que nas próprias planilhas elaboradas (Anexos 1 e 2) o expert considerou o termo ad quem da correção monetária o dia 21/12/2006, coincidindo com o depósito de fls. 634, sem qualquer alusão ao primeiro realizado, qual seja, o de fls. 563-564, efetuado em 23/08/2006.

Assim, caberia ao perito, ao atualizar e corrigir o valor da execução, considerar, primeiramente, o primeiro depósito realizado e, sobre a diferença devida, aplicar os mesmos critérios de correção e atualização até o segundo depósito, descontando-o para, ao final, apurar a existência ou não de saldo, seja em favor do exequente, seja em favor do executado.”

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL C/C PEDIDO DE IMISSÃO NA POSSE. DECADÊNCIA PRONUNCIADA. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. NÃO VERIFICAÇÃO. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE.

1. Ação ajuizada em 30/07/2013. Recursos especiais interpostos em 08 e 23/05/2017 e distribuídos em 19/12/2017.
2. Ação declaratória de nulidade de escritura pública de compra e venda de imóvel cumulada com pedido de imissão na posse.
3. Os propósitos recursais consistem na decretação de nulidade do

processo desde o 1º grau de jurisdição, por cerceamento de defesa e falta de intimação do Ministério Público para intervir no feito e, se adentrado o mérito, o afastamento da prejudicial de decadência e o reconhecimento da nulidade da escritura pública de compra e venda de imóvel.

4. Para recorrer, é necessário ter interesse recursal, que se verifica quando a interposição do recurso tem aptidão para, do ponto de vista prático, conferir à parte resultado juridicamente mais vantajoso do que aquele derivado da decisão recorrida, desde que essa vantagem só possa ser obtida por meio do recurso.

5. No particular, nenhum dos corréus apresenta interesse para recorrer da sentença que, pronunciando a decadência, extinguiu o processo com resolução do mérito, haja vista que esse pronunciamento judicial esgotou, para a parte ré, as possibilidades decorrentes de sua posição jurídica no presente processo.

6. O reconhecimento da procedência do pedido autoral não faz com que o corréu, dentro da relação jurídico-processual, transite para o polo ativo da demanda, tampouco lhe confere a prerrogativa de, em nome próprio, defender os interesses da parte autora.

7. Em última análise, verifica-se que sequer existe lide - entendida como pretensão resistida - na hipótese dos autos, haja vista que a parte autora se conformou com a extinção do processo pela decadência, subsistindo apenas o inconformismo de um dos corréus, que defende o pedido da inicial como se seu fosse.

8. O processo em apreço não encerra hipótese de intervenção obrigatória do Ministério Público, pois a demanda, tal como delimitada pela petição inicial, não veicula matéria que possa repercutir no interesse público ou social, nem trata de litígio coletivo de posse de terra rural ou urbana. O direito invocado é de natureza pessoal e estritamente patrimonial, residindo a causa de pedir no fato de terem os autores pago pelo terreno e não o terem recebido, porque o imóvel foi alvo de negociação paralela entre os réus.

9. Não fazem parte do objeto da demanda as questões relativas ao parcelamento irregular do solo, à existência de irregularidades na lavratura da escritura pública ou a violações da legislação ambiental, questões estas que foram ventiladas exclusivamente por um dos corréus em sua contestação, sem a apresentação, todavia, de pedido reconvenicional.

10. Recurso especial interposto por Francisco Jorge Cavalcante Vieira não conhecido. Recurso especial interposto pelo Ministério Público do Ceará conhecido e desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(REsp 1714925/CE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS QUE JÁ FEZ PARTE DE ANTERIOR AÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. QUESTÃO ABRANGIDA APENAS NA FUNDAMENTAÇÃO. PARTE DISPOSITIVA OMISSA, QUANTO AO PONTO. AUSÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ARTIGO 469, I, DO CPC. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que somente a parte dispositiva da sentença é alcançada pela coisa julgada material. Por essa razão, os fundamentos de fato e de direito em que se baseou a sentença não são atingidos pela coisa julgada e podem ser reapreciados em outra ação (art. 469 do CPC). Precedentes.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada pelo agravante capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1498093/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/6/2015, DJe 25/6/2015)

RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. INOCORRÊNCIA. TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO EM DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES. ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL REALIZADO NA FASE DE CONHECIMENTO. ART. 469, I, DO CPC. LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE.

1. A juntada do acórdão recorrido em processo diverso, que tramita em outro Tribunal, por advogado não habilitado nos autos, não caracteriza ciência inequívoca da parte.

2. As considerações acerca do laudo pericial e dos danos emergentes, efetuadas no julgamento do recurso não provido, não afastam a necessidade de liquidação da sentença determinada na



# *Superior Tribunal de Justiça*

decisão recorrida, pois, nos termos do art. 469, I, do CPC, somente o dispositivo da decisão judicial faz coisa julgada.

3. Não enseja condenação em honorários advocatícios o acolhimento de exceção de pré-executividade que apenas reconhece a necessidade de prévia liquidação do julgado.

4. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1321438/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 17/12/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. VERDADE DOS FATOS.

1.- A coisa julgada material, qualidade de imutabilidade e de indiscutibilidade que se agrega aos efeitos da sentença de mérito, atinge apenas a carga declaratória contida no dispositivo do decisum.

2.- Não fazem coisa julgada: "I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo." (art. 469, do CPC).

3.- O fato de a sentença proferida em determinado processo judicial adotar como verdadeira premissa fática absolutamente divergente daquela que inspirou a prolação de sentença havida em processo anterior estabelecido entre as mesmas partes, conquanto incomum, não ofende a autoridade da coisa julgada.

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1298342/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/5/2014, DJe 27/6/2014)

Em face do exposto, reconsidero a decisão agravada e nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora